

ESG não é de comer, é de grudar na cabeça!

#INSTIGAR:

sempre um texto autoral nosso, um convite provocativo à reflexão

ESG não é um conceito tão novo, apesar de estar em alta no momento.

Do inglês **Environmental, Social and Governance**, foi estabelecido no Pacto Global em 2004 e diz respeito às **práticas ambientais, sociais e de governança em uma organização**. No entanto, não há uma definição única, taxativa e restrita nem para cada letra, isoladamente, nem para a expressão em conjunto. Isso porque **as ideias relacionadas às diretrizes do ESG se edificaram no setor privado, principalmente em razão da evolução do mercado consumidor**, que já não vê mais com bons olhos a obtenção do lucro predatório, a exacerbação da produção inconsequente em detrimento do planeta.

Mas e o setor público?

Se por um lado as diretrizes foram se moldando às dinâmicas e relações econômicas, do outro se abriu uma lacuna no setor público: **como estabelecer critérios, métricas, formas de regulação e fiscalização daquilo que até então o mercado tem definido por conta própria, enquanto o setor público permaneceu um tanto quanto inerte frente aos avanços globais?**

Apesar de o Brasil ter significativa relevância e ter se tornado destaque internacional, sobretudo pelas questões ambientais, **a agenda ESG ainda é incipiente**, pulverizada e pouco regulamentada, e ainda menos adotada pelas organizações públicas em suas práticas cotidianas.

Bora entender um pouco melhor essa sopa de letrinhas:



E (Environmental):

Ambiental: medidas na direção da sustentabilidade ambiental, visando garantir a preservação dos recursos naturais e a redução das emissões de carbono. Viabilização para implementação de energias renováveis, gestão de resíduos e conservação da biodiversidade.



S – Social:

Em prol da igualdade, diversidade, inclusão e a proteção dos direitos humanos, com implementação de políticas que abordem questões como desigualdade de renda, discriminação e acesso igualitário à educação e saúde.



G – Governança:

O Decreto Federal nº 9.203/2017, traz em seu art. 2º, I, que governança pública refere-se ao “conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade”, cujos princípios são: capacidade de resposta, integridade, confiabilidade, melhoria regulatória, prestação de contas e transparência.

**Só a partir das definições já é possível pensar em um bocado de inovação...
mas vamos avançar um pouco, que fica mais potente ainda.**

Os princípios do ESG devem ser integrados em toda cadeia para gerar valor sustentável em longo prazo.

Por mais bem-intencionados que estejam os gestores ou responsáveis pelas iniciativas, ações no âmbito socioambiental (o “A” e o “S”) não têm efetividade se não houver Governança (o “G”). **Num panorama geral, a boa governança envolve todo o conjunto de sistemas e processos usados para realizar a gestão, envolvendo direção, monitoramento e incentivo, com a participação de todos os envolvidos e partes interessadas** do negócio, o conhecido capitalismo de stakeholders. Por mais bem-intencionados que estejam os gestores ou responsáveis pelas iniciativas, ações no âmbito socioambiental (o “A” e o “S”) não têm efetividade se não houver Governança (o “G”).



E nesse panorama adivinha onde o setor público está? **As atenções estão voltadas para o setor econômico**, onde os esforços das iniciativas públicas se concentram em elaborar instrumentos regulatórios e de fiscalização mirando na captação de recursos e investidores.

Entretanto, ESG (ou ASG, se preferir) vai muito além disso: vai ao encontro dos **ODS da Agenda 2030, Acordo de Paris (meta de descabornização) e os próprios princípios e fundamentos constitucionais**. O setor público parece enfrentar dificuldades quanto ao entendimento, importância e dimensão da necessidade de conscientização e integração das ações, a começar pela questão da educação corporativa e sistêmica de sua força de trabalho. **Na prática, ESG não é um tema claro e familiar para a grande maioria dos servidores**. Além da cultura já arraigada de que é obrigatório apenas o que está expresso em normativas e regulamentos, há um ambiente reforçado por políticas de punição, partindo da premissa de que a “má intenção” é a regra.

Assim, criam-se nichos de sistemas destacados do todo, de modo que, **temas que a priori deveriam ser transversais e pilares da cultura para inovação na verdade** tornam-se produtos e/ou objetos de trabalho de um departamento específico, bem fechado e isolado. Programas de integridade trazem escopos definidos e são capazes de mensurar conformidade, **mas não são sinônimo de ESG como muitos acreditam**. Para ASG, ainda há um longo caminho com obstáculos e desafios próprios do setor público, como alternância de poder, a necessidade de avaliação de métricas específicas, a departamentalização do setor público e, conseqüentemente, a falta de alinhamento com o todo (público x privado).

Tem muita inovação possível a partir dessa provocação, percebe?

A vinculação à legalidade existe por si e, assim como a Agenda 2030 e seus ODS avançam para as questões sensíveis, no setor público ASG deve se pautar não apenas em seguir a lei, mas viabilizar a criação, implementação e execução de programas e políticas públicas visando o alcance da efetividade nas diferentes áreas de abrangência. Para além do mero discurso bonitinho, claro. Em se tratando do cenário interno e **entendendo que precisa-se atingir o patamar da conscientização, assimilação e internalização da temática** para que se convertam em ações concretas, mudanças de paradigmas e difusão da inovação, vem a reflexão: **será que é de mais “instrumentos e controles” que precisamos para alcançar o comprometimento genuíno de servidores em seus níveis de atuação?**

Será que entender ESG e ODS não pode ser um caminho para dar sentido ao que cada um faz? A propósito, se você é servidor público e não sabe para qual ODS sua área contribui, **pare tudo e vá descobrir agora!**

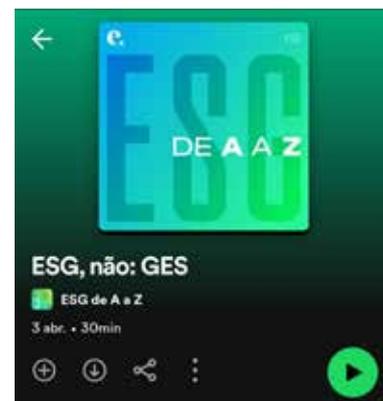
#IR ALÉM:

curadoria de conteúdo selecionado para você expandir seus horizontes

1

PODCAST:

Luiz Dutra é um dos maiores especialistas em governança do país. Foi um dos cérebros por trás da estratégia da Unilever, onde trabalhou com Paul Polman. Nessa entrevista, ele fala sobre o momento atual e dos casos que fizeram o mercado repensar a ordem das letras no ESG. **Não seria melhor começar com o "G", de Governança?**



2

VÍDEO:

E se todos os animais fossem como os humanos?



3

DOCUMENTÁRIO:

Ilha das Flores

Premiado filme brasileiro, Urso de Prata para curta-metragem no Festival de Berlim em 1990.



4

ARTIGO:

A prática de ESG no setor público

ANS inova ao publicar sua Política Integrada de Governança e Responsabilidade Socioambiental



#PRA INSPIRAR:

aquela citação classuda para fazer pensar, curtir, gravar e compartilhar

“
O amanhã não está à venda
• *Krenak* •

#PRA DESOPILAR:

uns respiros, uns risos, uns encantos...

Explore um [vídeo timelapse](#) do nosso planeta ao longo dos anos e veja o impacto da ação humana como se fosse um filme, vendo a degradação de décadas em minutos.

Também explore o nosso planeta no [Google Earth](#) e conheça lugares como nunca imaginou.